

O FECHAMENTO DO LIXÃO DA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE: UMA PROBLEMÁTICA SOCIAL

Michelle CAVALLI¹
Neusa dos Santos FERREIRA²
Vanessa Rosa de SOUZA³
Luci Martins Barbatto VOLPATO⁴

RESUMO: O presente artigo trata-se de um estudo sobre o fechamento do Lixão na cidade de Presidente Prudente. Compreendemos que a questão do lixo é um problema ambiental que necessita de enfrentamento. Entretanto é fundamental que se pense em ações na área social, uma vez que as famílias que dependem do lixo para tirar sua subsistência necessitam de intervenções do poder público. Este, por sua vez, deve proporcionar condições a estas famílias, para que possam encontrar outras formas de sobrevivência que não o trabalho no lixo, potencializando-as em suas capacidades e valorizando-as enquanto seres sociais. Desta forma, a intervenção do assistente social é fundamental para que estes sujeitos sejam capazes de construir uma nova história, pautados na liberdade, emancipação, autonomia e participação, sem dependerem de ações focalizadas e políticas de caráter compensatório.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Social. Transformações da Sociedade Capitalista. Trabalho precário no Lixo. Cooperativas. Meio Ambiente. Desenvolvimento sócio-ambiental. Intervenção do Assistente Social.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de indagações que surgiram a partir do campo de estágio o qual estamos inseridas. Ao estagiar no Centro de Referência da Assistência Social do Jardim Cambuci, da cidade de Presidente Prudente no ano de 2008, levantamos alguns questionamentos quanto à questão do trabalho no lixo e suas repercussões.

Esta forma de trabalho precário e questões como a marginalização, miséria, violência e tráfico de drogas apresentam-se como demanda para intervenção do Serviço Social e para tanto necessita ser problematizada. Com o trabalho temos o objetivo de

¹ A autora é graduanda do 4º ano do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente; email: Michelle_cavalli@hotmail.com

² A autora é graduanda do 4º ano do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente; email: nessa_rc@hotmail.com

³ A autora é graduanda do 4º ano do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente; email: neusaferreira@unitoledo.br.

⁴ Orientadora é professora do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente; email: lmbv@terra.com.br.

discutir qual é o olhar do poder público e da sociedade às famílias que trabalham no lixão e quais as propostas de intervenção serão realizadas quando estas não puderem mais tirar a sua sobrevivência do trabalho no lixo, uma vez está em processo de fechamento.

Ainda temos como pretensão discutir a repercussão que o fechamento do lixão de Presidente Prudente tem para o meio ambiente, bem como para o social, tendo em vista que há uma preocupação com o desenvolvimento sócio-ambiental no município.

Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e de campo, através de entrevista realizada na Secretaria da Assistência Social de Presidente Prudente, com o intuito de conhecer as propostas e ações do poder público frente a esta problemática.

1 A QUESTÃO SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

Ao iniciarmos o nosso trabalho sobre o aterro comum, ou lixão, da cidade de Presidente Prudente e suas repercussões no âmbito ambiental e social, devemos primeiramente compreender que esta questão está intimamente relacionada ao surgimento de novas expressões da questão social na sociedade capitalista contemporânea.

Compreendemos que o fenômeno questão social pode ser caracterizado como problematizações econômicas, sociais e políticas e tem sua origem no surgimento da sociedade capitalista pelo antagonismo entre o Capital e Trabalho, através da exploração da classe da burguesa sobre o proletariado. É neste contexto que a questão social é produzida e reproduzida num espaço contraditório e conflituoso que se manifesta no cotidiano da população, através da luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e das políticas públicas correspondente, bem como o espaço das organizações e movimentos por cidadania social.

Segundo Carvalho e Iamamoto (1983 p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

A questão social possui expressões que estão presentes na vida da população, através da pobreza, desemprego, exploração, violência, discriminação, desigualdade social, dentre tantas outras manifestações do modo de exploração de uma classe social sobre a outra. É devido a existência destes fenômenos na vida da população que a questão social exige respostas estatais que venham enfrentar estas demandas e intervir nos conflitos existentes.

Na América latina, em especial no Brasil

[...] a questão social fundante, que permanece vigindo sob formas variáveis nesses 500 anos do descobrimento a nossos dias, centra-se nas extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social dos países latino-americanos, resultantes dos modos de produção e reprodução social, dos modos de desenvolvimento, que se formam em cada sociedade nacional e na região em seus contextos. (WANDERLEY, 2000, p. 58).

A história de formação e desenvolvimento do Brasil está pautada na desigualdade e injustiça social que são trazidas através da colonização. O país, desde o seu surgimento, se caracteriza por sua subalternidade e pobreza, tornando-se apenas fonte de exploração e extração de riquezas para Portugal, país colonizador. A população brasileira inicialmente composta por portugueses, índios e negros marcam este processo de desigualdade que permeia a nossa sociedade até os dias atuais, onde as minorias são excluídas e há forte existência do preconceito e discriminação de raça, cor e gênero.

Ainda nos dias atuais, as características da colonização refletem na forma de organização brasileira, pois há uma imensa concentração de riquezas e poder nas mãos de poucos e a maioria excluída vive em situação de miséria e penúria, uma vez que a população ainda não tem o poder de decidir o que é melhor para si e tomar as suas decisões, pautada em princípios de igualdade, liberdade, autonomia e participação.

Com os avanços da sociedade brasileira, temos na Constituição Federal de 1988 um aparato Legal que aponta o Estado como maior responsável na oferta de serviços, programas, projetos e políticas à população, visando a melhoria de sua qualidade de vida. O artigo 3º da Constituição Brasileira estabelece como objetivo construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, sexo idade e quaisquer outras formas de discriminação. Como fundamentos do Estado democrático de direito o texto constitucional afirma a soberania, a cidadania, a dignidade à pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Mas, existe uma contradição com esses ideais, pois vivemos numa profunda desigualdade social causada pela concentração de renda. A população brasileira sofre com a negação de direitos sociais conquistados, devido a um Estado mínimo que abandona o povo à sua sorte e reduz a cidadania e as liberdades civis e políticas, porém mantêm os privilégios da burguesia.

Na sociedade contemporânea, através das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais-ideológicas, novas expressões da questão social vêm surgindo ou se redesenhando, refletindo na vida da população, conforme estudaremos a seguir.

1.1 Mudanças na Sociedade e no Mundo do Trabalho: As Novas Formas de Sobrevivência da Classe Trabalhadora

Para compreendermos as mudanças que ocorrem na sociedade e no mundo do trabalho, primeiramente devemos considerar que o trabalho surge a partir da necessidade humana. O homem é o único ser capaz de realizar trabalho transformando a natureza, teologicamente. Ao mesmo tempo em que ele transforma a natureza também se transforma, pois adquire novos conhecimentos e habilidades. É através do trabalho coletivo que o homem se constitui como ser social e relaciona-se com outros homens.

Com o surgimento do trabalho assalariado surge também o trabalho alienado, que consiste na capacidade humana de produzir sua própria desumanidade. Nesta forma de organização do trabalho o mais importante é lucro, mesmo que para isso haja a exploração, miséria, desigualdade, injustiça e exclusão social.

O capitalismo traz em sua essência a exploração de uma classe sobre a outra, uma vez que o trabalhador é explorado e a riqueza produzida não é socialmente dividida. Entretanto esta exploração oriunda do modo de produção capitalista se agrava com as mudanças que ocorrem na sociedade.

A partir da década de 70 na Europa, e década de 90 nos países da América Latina, notamos mudanças na sociedade que trazem em si o surgimento ou modificação de expressões da questão social.

A globalização⁵, e o surgimento do neoliberalismo⁶, tornam-se peças chaves para compreender este processo de mudança.

⁵ Podemos compreender a globalização como a mundialização dos mercados, da informação, e dos valores culturais. Tudo ganha proporção a nível global, possibilitando uma maior comunicação e troca entre os países. A moda, as tendências, as novidades se manifestam no mundo inteiro.

⁶ “Essa ideologia legitima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam sua liberdade de movimento. Seu primeiro alvo foi constituído pela intervenção do

Nas últimas décadas, foram realizados diversos estudos constatando as mudanças na divisão social do trabalho, a passagem da acumulação fordista para a acumulação flexível, a alternativa empresarial da ampliação do modelo de qualidade total na regulação das relações trabalhistas, e analisando as implicações dessa nova realidade na qualidade de vida do trabalhador, na expansão do mercado informal, na precarização do trabalho, no surgimento da modalidade de trabalho provisório, no crescimento do desemprego. Com a piora das condições sociais nos anos 80, surgem análises mais sistemáticas sobre a pobreza e o fenômeno denominado exclusão social. (WANDERLEY, 2000, p. 113 e 114).

Todos estes fatores, que ganham evidência na sociedade capitalista, nos permitem visualizar uma intensificação das expressões da questão social. Podemos destacar o fenômeno da *pauperização*⁷; *o aumento da violência; do tráfico de drogas; crime organizado; aumento do desemprego.*

Segundo Pastorini (2004, p.29) “[...]. Esse novo estágio de desenvolvimento capitalista encontra-se acompanhado pelo aumento da pobreza, que se vê hoje engrossada por um conjunto cada vez maior de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho”.

Desta forma, devido a intensificação das expressões da questão social já existentes, destacamos o aparecimento de uma nova expressão da questão social: a *exclusão social*. Esta exclusão pode ocorrer por diversos motivos, entretanto o que nos importa discutir é que este fenômeno consiste na privação de acesso a bens e serviços, à falta de trabalho, onde o trabalhador necessita buscar *outras formas de sobrevivência*.

Na maior parte dos casos “a exclusão” nomeia, atualmente, situações que traduzem uma *degradação* relacionada a um posicionamento anterior. Assim é a situação vulnerável de quem vive de um trabalho precário, ou ocupa uma moradia onde pode ser expulso se não cumprir com seus compromissos. (CASTEL, 2000, p. 23).

O neoliberalismo produz, na sociedade capitalista, um exército industrial de reserva. Grande parte da classe trabalhadora se encontra fora do mercado de trabalho, não mais por falta de trabalho, mas porque o mercado torna-se cada vez mais exigente quanto à qualificação profissional. Quem não é qualificado o suficiente para corresponder

Estado na economia: o Estado foi demonizado pelos liberais e apresentado como um trabalho anacrônico que deveria ser reformado [...]” (NETTO [et al], 2006, p. 227).

⁷ Antes, o fenômeno do pauperismo se dava pela falta de recursos tecnológicos para produzir alimentos e bens para toda a sociedade. Hoje, o pauperismo se dá não mais pela escassez de recursos, mas porque há uma distribuição de renda injusta e desigual.

as exigências do cargo deve se submeter a trabalhos perigosos, precários ou tornam-se desempregados.

Notamos que no Brasil não há sustentações e raízes profundas às proteções de trabalho. Diante disso os trabalhadores são colocados em situações de exclusão social e pobreza. Há uma preocupação com o aumento da economia do país, com a maior produção, e com a passagem de um país subdesenvolvido à desenvolvido. Contudo, ainda não há uma efetiva preocupação com o social. As ações sociais, previstas no texto constitucional de 1988, por muitas vezes não são efetivadas, e quando são, ocorrem de forma focalizada, seletiva e clientelista. Há uma regressão dos direitos sociais uma vez que se tenta conciliar uma economia excludente com políticas sociais compensatórias, paliativas e também excludentes.

[...]. As políticas sociais inexistem ou são muito restritas. Mesmo baseado em diagnósticos verdadeiros, o sistema político tem sido incapaz de encaminhar uma estratégia de fundo para o social. Implementam-se medidas parciais, programas localizados sem uma vontade política firme. (WANDERLEY, 2000, p. 115).

Desta forma, os excluídos e sobrantes da sociedade não recebem um enfrentamento do poder público e ficam à mercê da sorte. Diante desta realidade, necessitam buscar outras formas de sobrevivência para o seu sustento e de sua família.

1.1.1 O Trabalho Precário nos Lixões a Céu Aberto ou os Aterros Comuns

Esta exclusão, crescente na sociedade capitalista, de forma especial na sociedade brasileira, bem como as expressões da questão social, levam o trabalhador a buscar novas formas de trabalho que garantam a sua sobrevivência e de sua família.

É neste contexto que podemos destacar o aumento do trabalho informal e perigoso, tanto de homens como mulheres e crianças. Conforme afirma Iamamoto (2008, p. 119),

A contenção salarial, somada ao desemprego e à instabilidade do trabalho, acentua as alterações na composição da força de trabalho, com a expansão do contingente de mulheres, jovens, migrantes, minorias étnicas e raciais, sujeitos ao trabalho instável e invisível, legalmente clandestino. Cresce o trabalho desprotegido e sem expressão sindical, assim como o desemprego de larga duração.

Assim como os trabalhos noturnos, em lugares insalubres, o trabalho no lixo torna-se, então, uma alternativa em meio a esta sociedade tão excludente e desigual.

Compreendemos por lixo os resíduos resultantes de atividades de toda a humanidade, que se torna um problema ambiental existente desde a idade média. De acordo com o site http://www.seletiva.com.br/pag_lixo.htm o lixo pode ser classificado como:

- Domiciliar: são restos de alimentos, jornais, revista, plásticos, etc.
- Hospitalar: são seringas, agulhas, remédios, raio-x entre outros que são contagiosos.
- Industrial: que produz material tóxico e prejudicam o meio ambiente.
- Agrícola: que possuem embalagens que provocam danos ao meio ambiente.
- De entulho: que são restos de materiais de construção.

Além desses tipos de lixo existem os cosméticos que produzem elementos químicos prejudicial a nossa saúde; as lâmpadas que produzem material tóxico e contamina o meio ambiente; pilhas e baterias que prejudicam o solo e faz mal a saúde.

Todos esses tipos de lixo, quando colocados no solo, a céu aberto, sem tratamento adequado, poluem e contaminam o meio ambiente, prejudicando, assim, a saúde da população, em especial dos sujeitos que trabalham diretamente nos lixões.

Além se ser um *trabalho precário* - exaustiva jornada de trabalho, sem nenhuma garantia salarial, e sem direitos e proteção trabalhistas – e *periculoso* – pois os trabalhadores colocam em risco a própria vida ao se exporem à contaminação por produtos nocivos à saúde bem como acidentes de trabalho –, o trabalho no lixo deixa os indivíduos vulneráveis à violência, criminalidade, uso e comercialização de drogas e trabalho infantil. Estes fatores não são gerados pelo trabalho no lixo, entretanto a fragilidade de se trabalhar no lixo, torna-se um agravante para estas questões tendo em vista que, geralmente, os lixões se encontram numa zona de vulnerabilidade e risco social.

Estes indivíduos encontram-se desprovidos de qualquer atenção pública e de atendimentos e políticas públicas voltadas a esta questão. Conforme discute Castel [et al] (2000, p. 128):

Não obstante, outros indicadores assinalam o crescimento do número de pobres na área latino-americana e caribenha, que se revela no aumento do subemprego e do desemprego, na deterioração da qualidade de vida de vastos contingentes populacionais (em indicadores de saúde, saneamento, habitação, etc.), no crescimento da economia informal, e na crescente anomia social que impregna as sociedades da qual a violência urbana, o crime organizado, a droga são algumas sinais evidentes [...].

Destacamos mais uma vez que não é o trabalho no lixo que torna as pessoas vulneráveis à pobreza, violência e criminalidade, mas sim a falta de intervenção pública, com um olhar voltado a estes excluídos, sem ter uma política da proteção satisfatória, e sem um trabalho registrado.

Podemos compreender que o lixo torna-se uma questão de difícil resolução na sociedade atual. Com aumento da população e o avanço da tecnologia, e conseqüentemente do consumismo, ocorre também o aumento da produção de dejetos, ou recursos que são considerados desnecessários à sociedade, nos remetendo a duas questões.

A primeira grande questão é que grande parte do lixo produzido, poderia ser aproveitado ou reciclado. Este desperdício causa sérios problemas ambientais, além de ocupar muito espaço nos lugares destinados ao despejo de dejetos.

Outra segunda grande questão é que em muitas cidades brasileiras ainda não há espaços adequados para o depósito de dejetos. Fernandes (2001, p. 42 e 43) destaca que existem três formas de aterros existentes para se depositar o lixo. Segundo a autora,

[...] consultando a doutrina técnica especializada, tem-se as seguintes conceituações: a) Aterros comuns: “caracterizados pela simples descarga de lixo sem qualquer tratamento, também denominados lixões, lixeiras, vazadouros etc. este método de disposição é o mais prejudicial ao homem e ao meio ambiente, todavia ainda é o mais usado no Brasil e nos países em desenvolvimento”; b) Aterros controlados:” uma variável de prática anterior em que o lixo recebe uma cobertura diária de material inerte. Esta cobertura diária, entretanto, é realizada de forma aleatória, não resolvendo satisfatoriamente os problemas de poluição gerados pelo lixo, uma vez que os mecanismos de formação de líquido e gases não são levados a termo”; c) Aterros sanitários: são processos utilizados para disposição de resíduos no solo, particularmente o lixo domiciliar, fundamentando em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, permitindo a confinamento segura em termos de controle da poluição ambiental e padrões de segurança preestabelecidos

O problema do lixo a céu aberto nas cidades e o trabalho precário oriundo desta questão, refletem a situação da pobreza cultural da sociedade e o descaso com o

meio ambiente e a qualidade de vida dos seres humanos. Parafraseando Fernandes (2001) o fato de uma sociedade possuir ou não lixão a céu aberto, ou um aterro sanitário, dependerá de seu grau de cultura e conscientização sobre a natureza e a sociedade. Quanto mais limpa e organizada for esta sociedade, maior o seu grau de cultura e conscientização, e desta forma, maior será sua qualidade de vida.

Na sociedade atual, com o desenvolvimento da globalização, há uma preocupação com o desenvolvimento tecnológico, com a inclusão digital, com a produção e comercialização de bens duráveis, contudo não há uma preocupação com o meio ambiente e com a utilização excessiva e indevida de recursos naturais.

A Constituição Federal de 1988 ressalta o direito de todos a um meio ambiente sadio e de qualidade, entretanto, na realidade em que vivemos na sociedade brasileira, enfocando a cidade de Presidente Prudente, encontramos lixões a céu aberto, sem a existência de um planejamento ambiental e social. Ainda hoje não há a existência de aterros sanitários e centenas de famílias se encontram trabalhando nestes espaços, e muitas delas tem este trabalho como única fonte de renda.

2 O TRABALHO NO LIXO NA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE: AS RESPOSTAS DO GOVERNO E A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Conforme já mencionado, a cidade de Presidente Prudente, possui um lixão à céu aberto, onde são depositados todos os dejetos da cidade. Este espaço se localiza no Distrito Industrial. O próprio bairro, bem como os demais que se encontram próximo a esta localidade são desvalorizados e a região tornou-se uma área de risco e vulnerabilidade social. Existem altos índices de violência, criminalidade, desemprego, tráfico e consumo de drogas. Não consideramos que estas problemáticas são oriundas exclusivamente do lixão, entretanto, seus altos índices tem contribuição desta realidade do trabalho no lixo, uma vez que a miséria, pobreza e exclusão tornam a comunidade mais vulnerável.

No município ainda não há uma proposta efetiva de mudança da realidade do lixão a céu aberto e do trabalho precário nestes espaços. Entretanto, para o ano de 2008, é previsto o fechamento do lixão, conforme determinação da Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo, e a criação de uma nova forma de coleta do lixo na cidade.

Desta forma, neste segundo capítulo iremos analisar quais as respostas do poder público frente esta questão sócio-ambiental. O que será apresentado de mudanças para o município em relação à preocupação com o meio ambiente, e qual trabalho será desenvolvido com as famílias que encontram no lixão a fonte de sua sobrevivência.

E por fim, iremos analisar quais as possíveis intervenções do profissional de Serviço Social diante desta questão.

2.1 O enfrentamento do Poder Público na Questão do Lixo na Cidade de Presidente Prudente

A existência de um lixão à céu aberto na cidade de Presidente Prudente, é uma discussão antiga e que causa muitas polêmicas. É inconcebível que uma cidade deste porte, considerada uma das mais desenvolvidas do Estado de São Paulo ainda não tenha desenvolvido um sistema de coleta de lixo como forma de preservação ambiental e social. Ambiental no sentido de que se deve pensar na preservação do mundo em que vivemos não poluindo o meio ambiente, mas também não desperdiçando os recursos naturais existentes.

Nesta perspectiva podemos destacar a importância de um desenvolvimento sustentável que tenha propostas de reutilização dos recursos aparentemente inutilizáveis, como forma de preservar os recursos ainda disponíveis, utilizando a natureza de forma racional se atentando também para o controle da poluição do ar, as águas e das matas.

De acordo com o Conselho Mundial do Meio Ambiente, 1988 (apud MENDES, 2001, p. 55) “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”.

Sem ter a pretensão de se aprofundar na discussão de desenvolvimento sustentável, é importante destacar que deve haver uma preocupação com o meio ambiente de forma que este seja preservado pensando-se na sua utilização futura. Entretanto, mais do que a preocupação com o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável preocupa-se também com o social, com o bem-estar da população, com a sua saúde, qualidade de vida, com a sua sobrevivência. Desta forma não é possível falar em preservação ambiental sem se preocupar também com o social.

Para verificar quais serão as propostas de enfrentamento da questão do lixo na cidade de Presidente Prudente, considerando seu aspecto ambiental, mas também o social, realizamos entrevista na Secretaria da Assistência Social. Tínhamos como

pretensão entrevistar responsáveis do Ministério Público do município e da Secretaria do Meio Ambiente, entretanto, não foi possível por falta de disponibilidade dos profissionais de tais órgãos.

Em entrevista realizada com uma das diretoras da Secretaria de Assistência Social de Presidente Prudente – SAS, buscamos compreender como se encontra o processo de fechamento do Lixão de Presidente Prudente e quais as ações sociais que serão propostas a estas famílias no campo do social.

Primeiramente questionamos se o Lixão de Presidente Prudente realmente seria fechado e por quais motivos. De acordo com a representante da SAS, existe uma proposta de fechamento do lixão, juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente e com o Centro de Referência da Assistência Social do Jardim Cambuci, mas esta proposta ainda não possui concretude. E o motivo pelo qual acontecerá este fechamento será pelo fato de que não é correto em um município a existência de um lixão a céu aberto.

É certo que os lixões causam uma série de problemas à saúde da população, ao meio ambiente, além de se caracterizarem hoje como uma alternativa de trabalho precário em meio a uma sociedade que não proporciona oportunidades de emprego e geração de renda. É fundamental que medidas sejam tomadas para esta forma de trabalho precário e subumano seja superada.

Entretanto, o que notamos é que embora haja uma exigência da Secretaria Estadual do Meio Ambiente para o fechamento do lixão, no município de Presidente Prudente ainda não há uma proposta para efetivação desta ação. Para que a intervenção do poder público municipal ganhe seriedade é fundamental que haja o estabelecimento de prazos, metas e a construção de um plano de ação.

Enquanto isto não ocorre o que percebemos é que não há prioridade e importância na questão do lixo no município.

A situação dos catadores do lixão, bem como de suas famílias não recebem os enfrentamentos merecidos. Há uma falta de compromisso com esta população em situação de risco e vulnerabilidade social, que ficam na dependência de programas e benefícios que amenizam a situação, mas que não resolvem o problema do lixo que se torna uma questão estrutural, uma vez que é consequência da forma de organização – e exclusão – da sociedade capitalista.

Em seguida questionamos se o fechamento do Lixão se dá por uma questão ambiental ou também social. Como resposta obtivemos que esta iniciativa acontece principalmente porque a Secretaria do Meio Ambiente vem exigindo.

Notamos, então, que o fechamento do lixão, é uma proposta da Secretaria do meio Ambiente, devido aos problemas ambientais que o lixo causa na sociedade.

Há muitos anos estas famílias vivem deste trabalho, no entanto, ações na Política de Assistência não foram realizadas para que as situações destas pessoas melhorassem. As famílias apenas são incluídas em programas de transferência de renda, que não modificam suas condições de trabalho e vida, mas continuam submetendo-as nesta forma de sobrevivência, tornando-se eternas dependentes da Política de Assistência.

Existe uma cooperativa dos catadores criada por iniciativa de uma Universidade do município, mas que ainda não é suficiente para atender toda a demanda dos catadores, por falta de estrutura física e por estar em processo de implantação. As propostas na área social ainda são paliativas uma vez que ainda não são transformadoras, mas remediadoras.

Questionamos também se será desenvolvido algum trabalho social com as famílias que dependem economicamente do trabalho no lixo e ficarão sem nenhuma forma de obtenção de renda, e quais seriam estes trabalhos.

A representante da SAS declarou que haverá uma proposta de inserção no mercado de trabalho através de cooperativas, qualificação em relação à profissionalização, inclusão no mercado de trabalho e trabalho de geração de renda. Sendo esta uma ação de políticas setoriais.

Realmente há uma proposta para as famílias após o fechamento do lixão e isto é fundamental para que não fiquem desamparadas e sem proteção, uma vez que dependem desta renda. É necessário pensar no meio ambiente, mas também é importantíssimo se preocupar com a melhoria da qualidade de vida da população. Para tanto, não é preciso esperar efetivamente um mandado de fechamento do lixão para que as ações na área do social comecem a aparecer.

Estas famílias necessitam de orientação, capacitação, profissionalização para que possam encontrar possibilidades de construção de uma nova história. Somente medidas paliativas não bastam, uma vez que todas as mudanças na sociedade geram uma situação onde há cada vez mais exclusão do mercado de trabalho. Onde a riqueza é socialmente produzida, mas não é social e igualmente distribuída. Desta forma é necessário voltar o olhar a estas famílias para que não sejam mais marginalizadas e excluídas, tendo em vista que se encontram nesta forma de trabalho precário e informal, pois não encontram outra opção para garantir sua sobrevivência. E este trabalho, somado a renda instável e pobreza os expõe à situações de violência, drogas e criminalidade,

expressões da questão social presentes no cotidiano destas pessoas e geradas pela falta oportunidade, pela falta de intervenção do poder público e de compromisso da sociedade.

Desta forma o lixão torna-se apenas um agravante das condições de trabalho e de vida a qual se submetem estas famílias.

Por fim, questionamos como e quando se dará a materialização desta proposta de intervenção com as famílias dos catadores do lixão.

Obtivemos como resposta que essa proposta se iniciará com o novo governo, através da Cooperlix que hoje possui 41 pessoas que veio do lixão e que continuam se profissionalizando através de cursos.

A proposta de uma cooperativa é válida, entretanto a atual cooperativa não é suficiente para abranger todos os catadores do lixão. Novas propostas precisam ser pensadas e esta questão precisa aparecer como prioridade na agenda dos governantes municipais, uma vez em que há uma exigência do governo estadual para que medidas na área ambiental sejam tomadas e tendo em vista que estas famílias não podem ficar desamparadas com o encerramento de suas atividades no lixão.

Outro fator que permeia a questão do trabalho no lixo é que o governo gestor nunca assume a responsabilidade de enfrentamento da situação, mas procura encontrar justificativas, culpabilizando os governos anteriores e passando a responsabilidade para a próxima gestão municipal. Desta forma o seu enfrentamento é sempre adiado.

2.2 Cooperativas, uma Forma de Enfrentamento às Famílias que se Encontram em Situação de Vulnerabilidade Social

A proposta de formação de cooperativas para os trabalhadores do lixão foi cogitada pela Secretaria de Assistência Social como uma alternativa às famílias que ficarão sem algum tipo de geração de renda após o fechamento deste. De fato esta é uma alternativa à comunidade, desde que contribua para a superação das condições de exclusão e vulnerabilidade das quais se encontram estas famílias.

Para discutir o papel das cooperativas é importante destacar a sua origem onde o cooperativismo é caracterizado pela economia solidária.

A economia solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo no capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram ou temem ficar marginalizados no mercado de trabalho. (SINGER, 2004, p.13)

Neste sentido a economia solidária é entendida como um tipo de ação, que visa a criação de novas oportunidades de trabalho, tornando-se uma alternativa de sobrevivência. O seu surgimento foi desencadeado por fatos vivenciados por alguns trabalhadores excluídos, que buscavam meios de sobrevivência frente ao capitalismo. Assim muitos trabalhadores buscam esse tipo de alternativas para suprir suas necessidades, tornando fundamental aos trabalhadores excluídos da sociedade.

Neste contexto o cooperativismo tem sido marcado em muitos setores de trabalho, considerado como novas formas de geração de renda. Nesse momento o movimento cooperativista expandiu por diversos países, dando início às cooperativas que tem como intenção a participação dos trabalhadores.

A cooperativa é uma empresa, que deve ser administrada de forma democrática, englobando a participação de todos.

O cooperativismo é um movimento mundial que tem o objetivo de corrigir as distorções sócio-econômicas do capitalismo e do comunismo, na medida em que valoriza o trabalho e não o capital, preservando a iniciativa privada e socializando os resultados, à partir do princípio de que é o homem que gera riquezas e deles tem o direito de participar. (CRUZ, 1998 p. 11).

Cabe ressaltar que é totalmente diferente do sistema capitalista, por não ter como poder o capital. A organização da cooperativa é composta por cooperados, e cada um tem um voto, elegendo um representante, o benefício é conforme a participação na produção, pois é administrado pelos cooperados. Estes têm direitos e deveres a serem cumpridos.

O objetivo das cooperativas é minimizar o desemprego presente em nossa sociedade, como uma forma de solução dos trabalhadores frente a essa realidade.

A participação também está associada ao cooperativismo, pois podem organizar, lutar e buscar os seus próprios interesses e direitos.

2.3 A intervenção do Assistente Social na Questão do Lixo: Enfrentamento da Questão Social

Conforme acompanhamos no decorrer desta pesquisa, a problemática do lixo, de modo especial na cidade de Presidente Prudente, constitui-se como expressão da Questão Social uma vez que é oriunda da forma como a sociedade se organiza para

produzir e reproduzir a vida social. O trabalho precário nos lixões ocorre já que as pessoas que vivem dele não encontram outra forma para garantir sua sobrevivência. Estão excluídas do mercado de trabalho e em muitas famílias a renda oriunda do lixo é a única fonte de sobrevivência familiar.

Além disso, o trabalho nos lixões ainda permeia outras questões como pobreza, miséria, violência, tráfico de drogas. Os trabalhadores, excluídos do mercado formal de trabalho, além da falta de emprego também estão expostos a todas estas questões.

Diante destas considerações, torna-se fundamental a intervenção do Assistente Social nas demandas que se apresentam à profissão tendo em vista que o profissional busca intervir nas expressões da questão social, de forma transformadora, construindo junto com estes sujeitos, condições de trabalho e vida dignos. E ainda se engaja na luta pela efetivação dos direitos sociais.

Próximo à área do lixão de Presidente Prudente há um Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, que é referência para as ações de Proteção Social da Política de Assistência Social. O trabalho no lixo é uma demanda de intervenção do profissional que trabalha no CRAS do território, e para tanto este profissional deve pensar em propostas de intervenção que atendam estas famílias nas demandas que se apresentam.

É possível notar que já existe um trabalho de enfrentamento às demandas desta população, bem como das outras diversas demandas que se apresentam. Entretanto, o fechamento do lixão é uma discussão recente e embora haja orientação e assessoria do Assistente Social junto à Cooperlix, ainda é necessário discutir as ações que poderão ser propostas como novas possibilidades a estas famílias. Novas estratégias precisam ser pensadas com o olhar voltado a estas famílias, e o poder público deve estar engajado neste processo.

De acordo com a proposta da própria Secretaria Municipal de Assistência Social, há uma previsão para inserção dos catadores no mercado de trabalho através da cooperativa, qualificação profissional e trabalho de geração de renda. Queremos, no entanto, destacar a importância da contribuição do Assistente Social na formação e organização das cooperativas.

O trabalho do assistente social é fundamental com as cooperativas, pois entende a questão social que se apresenta de forma sócio-histórica e cria respostas profissionais sustentáveis, para que os cooperados tenham autonomia e emancipação. No entanto o profissional tem a total leitura da realidade, articulados com os princípios

éticos da profissão capazes de transformar a realidade. O assistente social tem um compromisso ético com os usuários, planejando e sistematizando suas ações, compreendendo seu trabalho no campo das mobilidades e possibilidades.

Na realidade da Cidade de Presidente Prudente, notamos que é necessário estender ou ampliar o trabalho desenvolvido pela Cooperlix ou então, pensar em novas formas de trabalho em cooperativa que sejam capazes de abranger as demandas de todos os trabalhadores para que não fiquem desamparados e desprovidos de uma proteção social que se torna primeiramente responsabilidade do poder público.

Desta forma, o trabalho do assistente social respaldará o processo de criação, desenvolvimento e continuidade destas cooperativas, de forma que realmente preste uma assessoria aos cooperados, orientando-os quanto as suas responsabilidades e direitos. Entretanto, é fundamental destacar que o assistente social, como os demais profissionais envolvidos com a assessoria da cooperativa, devem possibilitar um espaço de liderança e protagonismo dos trabalhadores, respeitando a sua própria organização enquanto cooperativa. Terá como fim o trabalho profissional à assessoria e orientação.

O assistente social também fará parte do processo de inserção do trabalhador ao mercado de trabalho e capacitação profissional. É necessário que estes sujeitos sejam preparados e inseridos ou reinseridos no mercado de trabalho, tendo acesso à formas de capacitação profissional e demais orientações sobre o contexto profissional e economia familiar. Desta forma o profissional pode promover cursos, capacitações, palestras, ou realizar encaminhamentos para que diminua a vulnerabilidade e risco social que a desativação do lixo possa causar.

Todas estas ações apontadas como competências do assistente social são fundamentais para que a desativação do lixão não tenha uma preocupação somente com o ambiental, mas também com o social, atentando-se às famílias dependentes desta forma de trabalho. Destarte, é necessário que antes de serem compreendidos como catadores, sejam compreendidos como sujeitos, que possuem necessidades que vão além do trabalho e renda.

Estes sujeitos devem ser compreendidos em sua complexidade e atendidos em todas as suas necessidades. É necessário garantir a estes o acesso à saúde, educação, assistência, habitação, previdência social e demais necessidades. O trabalho do assistente social deve estar integrado às demais políticas públicas estabelecendo um compromisso com seus usuários.

Como resultado da ação profissional, espera-se não somente um trabalho junto às cooperativas ou o atendimento das demandas imediatas destes sujeitos. É

necessário incentivar a participação e o protagonismo, para que estas famílias reconstruam suas próprias histórias, sejam capazes de reivindicar seus direitos, sejam atendidas com dignidade e cidadania, promovendo, desta forma, a autonomia, emancipação e liberdade.

Como forma de direcionar suas ações, o assistente social deve pautar-se no Projeto Ético-Político da Profissão, utilizando-se de conhecimentos, habilidades e competências para nortear a prática profissional. É necessário ter uma visão crítica e compromisso com a classe trabalhadora, e engajar-se na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, de acordo com a direção do próprio projeto profissional. Desta forma é possível contribuir na mudança de vida destas famílias que se encontram excluídas e marginalizadas da sociedade.

O profissional deve compreender que estas famílias são detentoras de direitos que precisam ser efetivados e deve engajar-se na luta pela garantia desses direitos e pela proteção destas famílias que se encontram em situação de vida desumana.

Além de estabelecer parcerias com a rede sócio-assistencial, é necessário que o profissional faça encaminhamentos, desenvolva trabalho sócio-educativo, insira estas famílias em programas, projetos e serviços que atendam suas necessidades, tenha uma intervenção crítica e criativa, desenvolva um trabalho de resgate da autonomia, auto-estima, protagonismo e emancipação. É necessário ir além do imediatismo, superando a subalternidade e a mera oferta de benefícios.

Conforme o texto do Código de Ética Profissional (2006, p. 39) “é preciso ter um posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais bem como sua gestão democrática”.

Enfim, os problemas relacionados às famílias que sobrevivem do lixão, enquanto expressões da questão social devem ser constantemente problematizados, para que haja melhoria na qualidade de vida dessas famílias. Para isso, o profissional tem que se comprometer e lutar para que haja uma sociedade mais justa e igualitária.

É notável que a preocupação com a existência do lixão de Presidente Prudente envolve uma questão muito mais política e ambiental do que social, contudo, a intervenção do assistente social deve considerar seu campo de trabalho como um espaço potencializador de possibilidades e conduzir suas ações rumo à transformação da vida de seus usuários, num embate de forças antagônicas e inconciliáveis, mas onde é possível caminhar e alargar espaços limitantes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão a qual nos limitamos neste trabalho é de extrema importância nas agendas públicas do município de Presidente Prudente e precisa fazer parte das discussões da comunidade local bem como da população da cidade. É um tema que interessa a todos primeiramente porque sabemos que a questão ambiental está em discussão nos dias atuais precisa de grandes problematizações. Entretanto a questão ambiental está intimamente associada às problemáticas sociais uma vez que há uma preocupação com a prevenção do planeta é para que haja maior bem estar e qualidade de vida á população e para que a vida humana não entre em extinção.

Desta forma é impossível falarmos em preservação ambiental, desenvolvimento sustentável se não nos preocuparmos com as mazelas da nossa sociedade, com os excluídos, marginalizados que não participam das decisões e desenvolvimento da sociedade, mas que vivem na escória da sociedade.

Não basta resolver somente problemas ambientais como a questão do lixo, é necessário também resolver o problema das famílias de dependem dele para sobreviver. Não pode simplesmente tira-las dessa área, é preciso reintegrá-las à sociedade, dar oportunidades e capacitá-las para a reinserção no mercado de trabalho.

O assistente social tem papel fundamental no atendimento a estas famílias que dependem do lixo, orientando-as quanto à formação ou inserção em cooperativas, ao mercado de trabalho e capacitação profissional. Mas também em suas necessidades de alimentação, saúde, habitação, educação, compreendendo-os como seres repletos de necessidades, mas que também possuem potencialidades para transformar a sua própria história.

Enfim, a questão do lixo é um problema de toda a sociedade. É necessário que ações na área da assistência social e do meio ambiente sejam tomadas. Além da construção de um aterro sanitário e desativação do lixo, é preciso voltar o olhar as necessidades destas famílias, atendendo-as na sua integralidade, na medida em que se discute desenvolvimento sócio-ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONETTI, D. A; (org) [et al]. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988** (atualizada até a EC 18/98). 2 ed. São Paulo: ed. Oliveira Mendes, 1998.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC, 2 ed. 2000.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC, 2 ed. 2000.

Código de Ética do Serviço Social. In: **Legislação brasileira para o Serviço Social: Coletâneas de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do assistente social**. Conselho Regional do Estado de São Paulo, 9ª região, 2 ed. São Paulo: O Conselho. 2006.

CRUZ, Enio pereira. **Cooperativismo: Surgimento, métodos de implantação/ constituição baseados na lei 5764 de 16 de dezembro de 1971 e Constituição de 88**. 1998. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas e Administração). Faculdades Integradas “ Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente.1998

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Lixo: limpeza pública urbana: gestão de resíduos sólidos sob o enfoque do direito administrativo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Meio Ambiente X Lixo. Disponível em: http://www.seletiva.com.br/pag_lixo.htm. Acesso em: 27/09/2008.

MENDES. Arnaldo Dias. Envolvimento e desenvolvimento: introdução à simpatia de todas as coisas. In: **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. CAVALCANTI, Clóvis (org). 3 ed. São Paulo: Cortez, Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. Biblioteca básica de Serviço Social.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo, Cortez. Coleção questões da nossa época, 2004.

SINGER, Paul; Souza, André Ricardo. **A economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**, 2ed. São Paulo contexto, 2003.

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. CAVALCANTI, Clóvis (org). 3 ed. São Paulo: Cortez, Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

VIOLA, Eduardo J. **O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para além da rio-92: O Desafio de uma estratégia globalista.** São Paulo: Cortez, 2ed 1998.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W; A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. . In: **Desigualdade e a Questão Social.** São Paulo: EDUC, 2 ed. 2000.